

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (Face)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Rebeca Lessa Nascimento

EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO CPC 15:

Uma análise do teste de recuperabilidade de ativos no mercado brasileiro

Brasília, DF
2013

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decano de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Tomás de Aquino Guimarães
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Coordenador Geral do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de
Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN

Professora Mestre Rosane Maria Pio da Silva
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis - diurno

Professor Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - noturno

Rebeca Lessa Nascimento

EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO CPC 15:

Uma análise do teste de recuperabilidade de ativos no mercado brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito parcial à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:

Prof. Dr. Jomar Miranda Rodrigues

Linha de pesquisa

Contabilidade e Mercado Financeiro

Área

Contabilidade financeira/internacional

NASCIMENTO, Rebeca Lessa

EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO CPC 15: Uma análise do *impairment* de ativos no mercado brasileiro / Rebeca Lessa Nascimento – Brasília, 2013.

25 p.

Orientador: Prof. Dr. Jomar Miranda Rodrigues

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo - Graduação) – Universidade de Brasília, 2º Semestre letivo de 2012.

Bibliografia.

1. Comitê de Pronunciamentos Contábeis 2. CPC 15 3. Perdas por recuperabilidade 4. *Goodwill* I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II. Título.

CDD –

Rebeca Lessa Nascimento

EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO CPC 15:

Uma análise do teste de recuperabilidade de ativos no mercado brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) defendido e aprovado no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, avaliado pela seguinte comissão examinadora:

Prof. Dr. Jomar Miranda Rodrigues
Orientador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Prof^a. Dr^a. Ducineli Régis Botelho
Examinadora - Universidade Brasília (UnB)

Brasília, DF, 21/02/2013.

À minha avó Irani, pela alegria e ensinamentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela dádiva da vida e ideais pelos quais vivo.

À minha família pelo constante apoio e incentivos em tudo o que faço.

Aos meus pais – Eduardo e Wilma – que sempre acreditaram no meu sucesso e são meu exemplo de vida.

Ao meu amado namorado Leandro pelo companheirismo, apoio, suporte e compreensão demonstrados que foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Sempre me incentivando a correr atrás dos meus objetivos.

À minha querida irmã Jéssica por todo companheirismo e amor presentes ao longo de nossas vidas. Agradeço também ao meu amigo Thiago pela amizade e prestatividade.

A todos os colegas do curso de Ciências Contábeis, especialmente à minhas amigas Fernanda Nascimento e Tamara Cardoso por todos os momentos que vivenciamos ao longo do nosso curso. Nosso convívio diário repleto de risadas, choros, alegrias e momentos de desespero, quando da realização de provas e trabalhos. Todos sempre serão lembrados com muito carinho. Fico muito feliz de ter conhecido vocês!

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Jomar Miranda Rodrigues, pela solicitude e atenção dispensadas durante a confecção deste trabalho. Não resta dúvida, sem a ajuda oferecida e paciência dispensada, não seria possível que eu concluísse o trabalho!

Também agradeço a todos que de alguma forma fizeram parte da minha vida e puderam contribuir para meu crescimento. A todos, minha gratidão e carinho.

“Se fui capaz de ver mais longe, é porque me apoiei em ombros de gigantes.”

Isaac Newton

EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO CPC 15:

Uma análise do teste de recuperabilidade de ativos no mercado brasileiro

RESUMO

Atualmente, tem-se primado por padrões contábeis que, tais como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, reflitam a convergência internacional ao *International Accounting Standards Board* - IASB. O presente estudo trata da implementação da orientação do Pronunciamento Técnico CPC 15, aplicável a Combinações de Negócios. Assim, o objetivo do estudo é verificar o impacto da aplicação deste pronunciamento contábil em empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), em especial a utilização do teste de recuperabilidade de ativos, entre os anos 2008 e 2011, que engloba o período pré e pós-adesão ao CPC 15 pelas empresas pesquisadas. A amostra envolvida consiste nas empresas listadas na Bolsa Brasileira de Valores, excluídas as do ramo financeiro e de seguros, bem como aquelas cujos dados necessários não estavam disponíveis para a análise, o que totalizou uma amostra de 327 empresas. A coleta de dados foi realizada por meio da base de dados DataStream Thomson-Reuters®. Para tanto, se utilizou de pesquisa descritiva, com coleta de dados documentais e de cunho quantitativo. Os resultados demonstraram que existe influência do uso do CPC 15 quando da mensuração do ágio nas empresas brasileiras, nas perdas por recuperabilidade e amortizações dos valores do *goodwill*. Concluiu-se que a variável de interesse em questão, explicada pela interação do uso do CPC 15 com valores do *goodwill*, juntamente com o modelo proposto é suficiente para explicar as perdas por *impairment*. Portanto, houve evidências empíricas para não rejeitar a hipótese nula de que a implementação do CPC 15 influencia as reduções por amortizações e/ou perdas por recuperabilidade do *goodwill*.

Palavras-chaves: Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC 15, perdas por recuperabilidade, *goodwill*.

1 INTRODUÇÃO

Em meio à globalização, à expansão de economias e à integração de mercados, surgiu a necessidade da criação de normas que tratassem da qualidade da informação contábil entre os mais diversos usuários. Considerando que cada país tem sua individualidade em relação a sua cultura, economia, objetivos, os diversos sistemas contábeis acabam sendo influenciados pelas particularidades de cada nação.

Não obstante os diversos contextos, a Contabilidade é uma Ciência social, que tem como objetivo o estudo do patrimônio das entidades, a fim de evidenciar a melhor alocação e distribuição dos ativos e recursos de seus usuários. Essa particularidade única permite orientar e auxiliar seus diversos usuários na tomada de decisões. Segundo Coelho e Lins (2010), a Contabilidade destaca-se como Ciência social por primar pela evidenciação de forma transparente a todos os usuários da informação contábil. Corroborando com esta idéia, Iudícibus, Marion e Faria (2009) destacam que os objetivos da contabilidade são estabelecidos para fornecer informação de forma estruturada aos usuários internos e externos à entidade.

Dessa forma, deve-se primar pela troca de informações contábeis de qualidade, apesar da individualidade que permeia cada país.

Em meio a este contexto de necessidade de convergência da informação contábil, surge o *International Accounting Standards Board* (IASB), que é um órgão independente e busca melhorar a troca de informações contábeis entre os diversos países, promovendo a convergência entre as normas locais e as normas internacionais de contabilidade. No cenário brasileiro, foi criado em 2005, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual assume o papel de convergir a contabilidade brasileira aos padrões internacionais por meio dos diversos pronunciamentos técnicos que emite.

Devido ao fato do CPC 15 ser aplicável e referente às Combinações de Negócios, busca-se identificar qual seu poder de influência sobre as perdas por recuperabilidade nestas reorganizações societárias. Diante do exposto, pretende-se analisar a seguinte problemática: *Quais são os efeitos da adoção do CPC 15 no mercado de capitais brasileiro?*

Com a finalidade de responder ao problema de pesquisa, este trabalho apresenta como objetivo verificar o impacto da aplicação do CPC 15 em empresas brasileiras listadas na bolsa de valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), mais especificamente em relação à questão do teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis. Para isso, foi realizado um estudo em uma amostra composta pelas companhias abertas brasileiras quando da não utilização do CPC 15, no período de 2008 e 2009, e companhias que fizeram sua implementação, no período de 2010 e 2011.

Considerando as alterações trazidas pela adoção dos *International Financial Reporting Standards* (IFRS), correlação dos CPCs, e que estes importam na melhoria e na padronização da informação contábil, torna-se viável o estudo dos resultados contábeis por conta da adoção das normas internacionais de contabilidade. Além disso, a motivação para este estudo decorre de pesquisas anteriores que identificaram uma crescente visibilidade e interesse sobre os ativos intangíveis, em especial que o *goodwill* e o teste de recuperabilidade vêm despertando nos pesquisadores. (PEREIRA *et al.*, 2011; SOUZA; BORBA; BORGERT, 2011; MORAES; SZUSTER, 2012).

Dessa forma, pretende-se contribuir de maneira informacional quanto aos impactos da aplicação do CPC 15, frente às novas práticas contábeis que este aborda, nos resultados contábeis de empresas brasileiras de capital aberto. Portanto, para atingir o objetivo do estudo, serão estimadas regressões lineares múltiplas com dados em painel envolvendo os valores recuperáveis de *goodwill* bem como variáveis das empresas, tais como: *goodwill*, *market-to-book*, variáveis de controle, as quais buscam o controle de aspectos referentes ao tamanho, ao fluxo de caixa, ao endividamento e ao giro. Por fim, as regressões lineares múltiplas envolverão uma variável *dummy*, referente à aplicação ou não do CPC 15 e a interação da variável *goodwill* com o uso do CPC 15.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: nesta seção é apresentada a introdução ao tema, problema e o objetivo do estudo, bem como uma breve descrição da metodologia adotada e dos resultados da pesquisa. Na seção seguinte, é realizada uma revisão da literatura sobre a convergência internacional e *goodwill* (CPC 15). Na terceira seção são apresentados os procedimentos utilizados na pesquisa. Na quarta, é realizada a apresentação e análise dos resultados. E, finalmente, na última seção são feitas as considerações finais sobre o estudo efetuado.

REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Convergência Internacional

Segundo Lopes e Martins (2005), um dos principais objetivos da informação contábil é a busca pela diminuição da assimetria de informações geradas entre os usuários internos e os usuários externos da entidade. Dessa forma, Niyama e Silva (2011) percebem a contabilidade como o melhor canal de comunicação entre os diversos participantes do mercado, sejam estes acionistas, credores, governo, auditores, administradores, entre outros. Para assegurar a comparabilidade das informações, a convergência é buscada de forma a tornar mais fácil a troca de comunicação.

A convergência contábil é um processo em que vários países, de comum acordo, realizam mudanças em seus sistemas e normas contábeis visando torná-los compatíveis, por respeitar a individualidade e particularidade inerente a cada país (AMENÁBAR, 2001). De fato, a falta de uma “linguagem” comum impede a troca de informações. Conforme Hendriksen e Breda (2009, p. 511), “[...] sempre haverá discordâncias sobre o que deve ser divulgado e de que forma”, entretanto, tais discordâncias podem ser reduzidas se partirem de um marco comum.

Em virtude das peculiaridades de cada país, a convergência aos padrões contábeis internacionais permite muitos benefícios, tais como a melhoria da troca de informações, por apresentar as demonstrações em linguagem inteligível (normas internacionais), redução de custos, além de permitir maior transparência e credibilidade do mercado financeiro (NIYAMA, 2010). No âmbito internacional, a União Europeia tornou obrigatória a adoção dos IFRS, normas emitidas pelo IASB, para as companhias de capital aberto de seus países-membros em 2002, através da EC nº 1606/2002. Girotto (2010) afirma que o movimento para a convergência contábil já está acelerado e o Brasil vem se destacando no cenário internacional quanto à implementação dos IFRS. Em sua pesquisa a autora afirma, conforme dados da Revista Brasileira de Contabilidade, que mais de 130 países se encontram atualmente no processo de implementação das normas internacionais, com destaque para os da União Européia.

No Brasil, diversos dispositivos prezam pelo aumento da transparência e diminuição dos custos, visando, dessa forma, à convergência aos padrões contábeis internacionais. Inicialmente, o rumo à convergência internacional ocorreu no ano de 2005, através da Deliberação nº 488 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que determinou a convergência para as companhias de capital aberto brasileiras. Ainda em 2005, por meio da Resolução CFC nº 1.055, foi criado o CPC que busca, através da convergência, a “[...] redução de riscos nos investimentos internacionais, [...] maior facilidade de comunicação internacional, [...] redução de custo de capital”.

Além disso, conforme a Resolução CFC nº 1.055/05, o CPC tem por objetivo:

O estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Posteriormente, a Instrução CVM nº 457 de 2007, em seu artigo 1º, tornou obrigatória às companhias abertas a apresentação de suas demonstrações financeiras consolidadas a partir do exercício findo em 2010, adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os

pronunciamentos emitidos pelo IASB, em substituição ao padrão contábil brasileiro. Com objetivo de auxiliar e de contribuir para o desenvolvimento sustentável da reforma contábil, levando sempre em conta a convergência aos padrões internacionais, foi criado, através da Resolução CFC nº 1.103 de 2007, o Comitê Gestor de Convergência.

Visando suprir outras questões relevantes, foram criadas as Leis nº 11.638/07, que alterou a Lei nº 6.404/76, e a Lei nº 11.941/09, anterior MP nº 449/08, a qual buscou suprir lacunas relacionadas aos aspectos tributários e instituiu o Regime Tributário de Transição, o que acelerou o processo de convergência.

Conforme Iudícibus (2009, p. 285):

A Lei nº 11.638/07 teve origem no Projeto de Lei nº 3.741/2000, de iniciativa da CVM junto ao Executivo, cuja finalidade maior era possibilitar a eliminação de algumas barreiras regulatórias que impediam a inserção total das companhias abertas no processo de convergência contábil internacional, além de aumentar o grau de transparência das demonstrações financeiras em geral, inclusive em relação às chamadas sociedades de grande porte não constituídas sob a forma de sociedade por ações.

Para Lima *et al.* (2010), a discricionariedade é permitida, em face à adoção das normas internacionais, por envolver julgamentos e pelo próprio processo de mensuração ter premissa em informações privadas. Além disso, Lima *et al.* (2010) sugerem que os incentivos para divulgação das normas internacionais podem diferir significativamente entre países por serem influenciados por muitos fatores. Entre esses, são citados: o sistema institucional, mecanismos dos mercados de capitais, competição dos produtos no mercado e os incentivos econômicos. Sugerem ainda que tais incentivos econômicos às companhias tendam a direcionar o nível de compromisso com a adoção das práticas de convergência contábil no Brasil.

Com base na adoção dos IFRS, Martins e Paulo (2010) analisaram o reflexo destes sobre os indicadores de desempenho das companhias abertas brasileiras. Devido ao fato de que alguns levantamentos foram feitos quanto à efetiva melhoria da qualidade das informações financeiras, selecionaram companhias que haviam publicado suas demonstrações em dois padrões, tanto IFRS quanto BR GAAP, durante o triênio 2007 a 2009. Dessa forma, identificaram uma redução das divergências existentes entre os indicadores calculados a partir do padrão contábil nacional e do padrão internacional, mostrando assim que o objetivo da convergência está sendo alcançado no Brasil, pelo menos em relação às companhias analisadas no estudo.

Estudos recentes feitos por Theisen e Lima (2012) buscaram analisar se a relevância das informações contábeis das empresas abertas brasileiras aumentou após a migração para as normas IFRS, normas internacionais, no Brasil. Em sua pesquisa puderam concluir que as normas IFRS realmente produzem informações contábeis mais relevantes sob a perspectiva informacional para os usuários externos e de que os investidores das empresas que participam dos programas de *American Depositary Receipts* - ADRs, as quais já estavam sujeitas a um padrão de maior qualidade (US GAAP), também reconhecem que o padrão IFRS é superior ao padrão contábil até então vigente no Brasil (BR GAAP).

1.2 *Goodwill* (CPC 15)

No Brasil, o processo de convergência às normas internacionais deu-se em duas etapas. A primeira buscou a emissão dos Pronunciamentos Técnicos CPC 1 ao 14, já a segunda resultou na edição dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 ao 41, com exceção do CPC 34, e Interpretações Diversas. Em 31 de julho de 2009, a Deliberação CVM nº 580 aprovou e tornou obrigatório o Pronunciamento Técnico CPC 15 - Combinações de Negócios, para as companhias abertas, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

Conforme o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio daquele Pronunciamento Técnico, *goodwill* é definido como:

Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é um ativo que representa benefícios econômicos futuros resultantes de outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, os quais não são identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

Por ser um ativo intangível não identificável, o *goodwill* é de difícil mensuração e apenas poderá ser reconhecido se for adquirido, ou seja, ter sido pago numa transação. Quando o *goodwill* for gerado internamente não poderá ser contabilizado em virtude da dificuldade inerente à sua mensuração e “[...] porque não é um recurso identificável ou separável controlado pela entidade” (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010, p. 264). Corroborando com a ideia, Moraes e Szuster (2012) salientam que o não reconhecimento dos intangíveis gerados internamente se dá pela “subjetividade e incerteza, a falta de confiabilidade e de consistência quanto à mensuração e durabilidade desse ativo”. Dessa forma, conforme COSTA *et al.* (2009), o *goodwill* existe a partir do momento em que os ativos de uma entidade, ao funcionarem como um grupo, produzam um retorno acima daquilo que seria considerado normal (*goodwill* gerado internamente).

A Lei nº 11.638/07 criou o subgrupo de contas intangível. Previamente a esta criação, o *goodwill*, ágio por expectativa de rentabilidade futura, era tratado como mais-valia sobre o valor do patrimônio líquido quando era possível reconhecer o “sobrepço” entre o valor de mercado e o valor contábil. Nessas combinações de negócios, sejam fusões, incorporações ou cisões, quando a empresa adquirente compra outra empresa por valor inferior ao valor contábil, isso representa um deságio, figura contrária ao *goodwill*, e hoje denominada por ganho por compra vantajosa (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Previamente a adoção do CPC 15, a Lei nº 11.638/07 determinava a amortização do ágio por expectativa de rentabilidade futura. A amortização consiste no reconhecimento da perda da rentabilidade do ativo ao longo do tempo, se presume que o benefício econômico futuro perca sua utilidade e assim tenha uma vida útil finita e, portanto, definida. O processo de amortização seguia quase sempre o método linear e os prazos variavam entre 5 anos (Lei nº 9.532 de 1997, modificada pela Lei nº 9.718 de 1998) e 10 anos (Instrução CVM nº 247 de 1996).

Apesar da substituição da amortização do ágio pelo teste de *impairment* ser algo polêmico, Pereira *et al.* (2011) expõem a defesa referente às práticas de amortização como sendo arbitrárias não representando efetivamente a perda de valor. Isso ocorria pelo fato de tais práticas parecerem estar sob influência do fisco, visto que se materializavam no período de 5 a 10 anos. Baker e Wearing (2001) enfatizaram em sua pesquisa a importância da mudança da

amortização para o uso do teste de recuperabilidade dos valores do *goodwill* nos resultados financeiros, aparentemente favoráveis, das companhias.

O CPC 15, correlação do IFRS 3, estabelece um novo tratamento para a contabilização do ágio por expectativa de rentabilidade futura, *goodwill*. De acordo com o Pronunciamento, sob o item 54, B.63, o *goodwill* deverá ser testado ao seu valor recuperável, no mínimo anualmente, e não mais será objeto de amortização, procedimento praticado antes da adoção do CPC 15. Conforme o CPC 01, Redução ao Valor Recuperável, esse procedimento assegura que os ativos da entidade estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Caso o valor contábil pelo qual o ativo está registrado exceda seu valor recuperável, sendo este o maior entre o valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso, deverá ser feito o teste de recuperabilidade, de forma que o valor contábil do ativo seja reduzido ao seu valor de recuperação. Essa redução representa uma perda por desvalorização do ativo e a perda deverá ser contabilizada como o excesso do valor contábil em relação ao valor recuperável.

Diversos estudos estão sendo feitos em âmbito internacional buscando analisar as conseqüências da aplicação do IFRS 3 (CPC 15). Hamberg, Novak, e Paananen (2006) investigaram como a adoção do IFRS 3, em 2005, afetou o *goodwill* reportado e se a mudança foi relevante para a valorização de empresas do mercado de ações. Para tanto, usaram dados de empresas listadas na Bolsa de Valores Sueca e puderam documentar que após a adoção do IFRS 3 houve um aumento nos ganhos reportados. Além disso, concluíram que os valores de *goodwill* reportados foram relevantes, após a adoção da norma, para a valorização das empresas do mercado de ações.

Carvalho, Rodrigues e Ferreira (2010) realizaram um estudo buscando os efeitos do *goodwill* na transição para o IFRS 3. Como esta norma passou a ser de adoção obrigatória em 2005, puderam analisar os efeitos da aplicação no ano de transição 2004-2005 para empresas com valores cotados na *Euronext Lisboa*. Os resultados obtidos, apesar de preliminares, puderam comprovar que a não amortização do *goodwill*, decorrente da aplicação do IFRS 3, trouxe uma variação positiva no resultado líquido do exercício das empresas. Ainda destacam que o teste de *impairment* é o único procedimento que reflete as eventuais perdas de valor do *goodwill*.

Posteriormente, Hamberg, Paananen e Novak (2011) examinaram os efeitos da adoção do IFRS 3, relacionando o poder das decisões discricionárias e a reação do mercado de ações. Através de um total de 1.691 observações, relacionadas a 226 empresas listadas na *Stockholm Stock Exchange* (SSE), puderam reconhecer que as empresas com valores expressivos de *goodwill* realizavam maiores amortizações e *impairments*. Entretanto quando a prática da amortização foi abolida, tais empresas não mais realizavam grandes *impairments* e obtiveram dessa forma, aumento nos lucros. Ainda, concluem que grandes empresas fizeram relativamente pequenas reduções do *goodwill* previamente a adoção do IFRS 3 e, dessa forma, o efeito nos ganhos da não amortização do *goodwill* foi menor do que a metade do efeito sofrido pelas pequenas empresas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Enquadramento metodológico

Nesta fase, serão analisados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Segundo Koche (1999, p. 29), o conhecimento científico é um produto resultante da investigação científica, sendo, portanto, um produto da necessidade de ser alcançado um conhecimento “seguro”. Como objetivo desse estudo, buscou-se verificar os impactos trazidos pela adoção do CPC 15 às empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. Portanto, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, visto que tem como objetivo “[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, conforme Gil (2011, p. 28).

Com relação aos meios técnicos de investigação, ou seja, ao delineamento da pesquisa, Ponte *et al.* (2008, p. 5) expõem que “o elemento mais importante para a adequada identificação de um delineamento é o procedimento utilizado na coleta de dados.” Dessa forma, realizou-se um levantamento de dados documentais, por meio de dados secundários obtidos no banco de dados da DataStream Thomson-Reuters®, nas empresas pertencentes ao Índice Ibovespa, referente ao período de 2008 a 2011.

A abordagem utilizada no estudo é de natureza quantitativa. Conforme Martins e Theóphilo (2009, p. 107) neste tipo de abordagem, o pesquisador poderá “[...] organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados numéricos coletados”. A fim de atingir os objetivos propostos, foi utilizada a estatística descritiva nas análises dos dados. Foram realizados testes para a verificação de problemas relacionados aos pressupostos do modelo de regressão linear múltipla, tais como: estacionariedade, multicolinearidade e heterocedasticidade. Além disso, o processamento dos dados estatísticos foi realizado por meio do *software* EViews® 7.2.

2.2 Amostra e coleta de dados

Esse estudo utiliza como amostra as empresas com ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo no período compreendido entre os anos de 2008 e 2011, excluindo as empresas pertencentes ao setor financeiro, empresas seguradoras e aquelas que não disponibilizaram os dados necessários para a análise.

Ainda é importante destacar que dado o caráter descritivo da pesquisa, segundo Corrar e Theóphilo (2004), os critérios para a determinação do tamanho da amostra tenham sido não-probabilísticos, visto que foram utilizados critérios subjetivos para a seleção desta. Dessa forma, a amostra do estudo foi selecionada por conveniência, ou seja, os elementos da população foram selecionados conforme a disponibilidade para o referente estudo e, conseqüentemente, os resultados são restritos a essa amostra.

Para a análise dos resultados, foram selecionadas 327 empresas, sendo que 256 empresas forneceram dados suficientes para análise, o que permitiu um total de 934 observações para o período analisado.

2.3 Desenvolvimento da hipótese e especificação do modelo

Conforme Gil (2010, p.19),

O que geralmente o pesquisador busca é o estabelecimento de relações assimétricas entre as variáveis. As relações assimétricas indicam que os

fenômenos não são independentes entre si (relações simétricas) e não se relacionam mutuamente (relações recíprocas), mas que um exerce influência sobre o outro.

Como o interesse deste estudo é analisar o impacto da aplicação do CPC 15 pelas companhias listadas BM&FBOVESPA, foram utilizadas variáveis de controle, ou seja, variáveis que foram tomadas como constantes de forma que seja possível observar os efeitos das outras. Foram controladas as variáveis para minimizar os efeitos referentes ao tamanho da empresa, ao fluxo de caixa, ao endividamento e ao giro sobre o resultado final deste estudo.

Tendo como base o exposto acima, foi definida a seguinte disposição das variáveis utilizadas no cálculo da regressão linear múltipla, conforme caracterizada abaixo:

Quadro 1 – Classificação das variáveis

Classificação	Variável
Dependente	<i>Impairments de Goodwill.</i>
Independente	CPC 15, <i>Goodwill</i> , <i>Market-to-book</i> .
Controle	Tamanho, Fluxo de caixa, Endividamento, Giro.

Fonte: Elaboração própria.

As variáveis explicativas: CPC 15 (D_CPC15), goodwill (GW), tamanho (TAM), *market-to-book* (MB), fluxo de caixa (FCO), endividamento (END) e giro ($GIRO$) foram obtidas a partir das demonstrações contábeis anuais encerradas em 31 de dezembro de cada ano. As demonstrações financeiras foram disponibilizadas no banco de dados DataStream Thomsom-Reuters® (2012).

Com o intuito de atingir os objetivos do trabalho, visando verificar os efeitos da implementação do CPC 15, aprovado pela Deliberação CVM nº 580, nos ativos intangíveis das companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA, formulou-se a seguinte hipótese:

H_0 : A implementação do CPC 15 influencia as reduções por amortizações e/ou perdas por recuperabilidade do *goodwill*.

A fim de testar-se a hipótese inicial de influência do CPC 15, sobre as perdas por recuperabilidade de *goodwill* nas companhias abertas listadas no Índice Ibovespa, foi estimada a análise de regressão múltipla, a partir do seguinte modelo:

$$GWRED_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 D_CPC15_{i,t} + \beta_2 GW_{i,t-1} + \beta_3 D_CPC15 * GW_{i,t-1} + \beta_4 TAM_{i,t} + \beta_5 MB_{i,t} + \beta_6 FCO_{i,t} + \beta_7 END_{i,t} + \beta_8 GIRO_{i,t} + \mu_{i,t}$$

em que:

$GWRED_{i,t}$ = Perdas por recuperabilidade e amortização do *goodwill* da empresa i no tempo t escalonado pelo ativo total da empresa no período $t-1$;

$D_CPC15_{i,t}$ = Variável *dummy* a qual assume valor 1 se a empresa i no tempo t faz uso do CPC 15, caso contrário assume valor 0;

$GW_{i,t-1}$ = Valor do *goodwill* da empresa i no tempo $t-1$, escalonado pelo ativo total da empresa no período $t-2$;

$TAM_{i,t}$	= Tamanho, sendo este o logaritmo natural (\ln) do ativo total de cada empresa i no tempo t ;
$MB_{i,t}$	= Índice <i>Market-to-book</i> , medido pelo quociente entre o valor mercado e o valor de contábil do PL da empresa i no tempo t ;
$FCO_{i,t}$	= Fluxo de caixa operacional da empresa i no tempo t escalonado pelo ativo total da empresa no período $t-1$;
$END_{i,t}$	= Endividamento da empresa medido pelo somatório de dívidas de curto prazo com dívidas de longo prazo dividido pelo ativo total da empresa i no tempo t escalonado pelo ativo total da empresa no período $t-1$;
$GIRO_{i,t}$	= Giro da empresa referente ao quociente entre as receitas líquidas de venda e o ativo total da empresa i no tempo t escalonado pelo ativo total da empresa no período $t-1$;
$\mu_{i,t}$	= Erro da regressão;
β_j	= Parâmetros da regressão a serem estimados.

Admite-se a existência de uma regressão linear múltipla quando há uma relação funcional entre duas variáveis, onde, o valor da variável dependente se torna uma função linear de duas ou mais variáveis independentes (HOFFMANN; VIEIRA, 1983).

Dessa maneira, o presente estudo tem como finalidade averiguar como as perdas por recuperabilidade são explicadas pelas variáveis independentes propostas pelo modelo de regressão. Sobretudo, busca-se verificar a hipótese de influência que o CPC 15 acarreta nas perdas por recuperabilidade das empresas analisadas. Portanto, espera-se que a variável de interesse, $CPC15*GW$, seja positiva e significativa para o modelo proposto.

3 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO

Segundo Hsiao (1986), a análise de dados em painéis fornece múltiplas observações de cada variável da amostra sobre o tempo. Por permitir um maior número de observações, os dados em painéis apresentam algumas vantagens, como o aumento do grau de liberdade e redução da colinearidade sobre as variáveis independentes, o que provoca, portanto, um aumento da eficiência das estimativas econômicas. Sobretudo, a análise e o uso de dados em painéis tornam possível ao pesquisador o estudo de resultantes econômicas que não estariam disponíveis caso fossem utilizadas séries temporais ou cortes transversais.

O modelo proposto permitiu a análise dos dados referentes à estatística descritiva das variáveis explicativas bem como da variável explicada. Pode-se notar que, em geral, os valores seguem uma distribuição constante com exceção da variável tamanho, que está bem acima dos valores médios e medianos da distribuição. A variável de interesse, $CPC15*GW$, apresenta um dos menores desvios-padrões (0.210902), significando a baixa dispersão dos valores e a proximidade destes com a média, juntamente com a variável explicada que apresenta da mesma forma, um desvio-padrão de (0.021027).

Além disso, a Tabela 1 demonstra que os dados não podem comprometer a análise de regressão e a condução dos testes estatísticos. Dessa forma, conclui-se que os dados apresentaram uniformidade e normalidade na distribuição dos resultados.

Tabela 1 – Estatística Descritiva: Aplicação do CPC 15

Variável	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio-Padrão	N
$GWRED_{i,t}$	0.005103	0.000000	0.310720	-0.300560	0.021027	934
$CPC15_{i,t}$	0.518201	1.000000	1.000000	0.000000	0.499936	934
$GW_{i,t-1}$	0.126859	0.019975	5.122346	0.000000	0.278592	934
$CPC15*GW_{i,t-1}$	0.082969	0.000000	2.233568	0.000000	0.210902	934
$TAM_{i,t}$	14.17389	14.28476	20.19751	5.855072	1.963842	934
$MB_{i,t}$	0.982008	0.634992	9.602419	-8.086492	1.448067	934
$FCO_{i,t}$	0.084766	0.089865	2.767795	-6.816214	0.345910	934
$END_{i,t}$	0.391531	0.410471	9.757014	-8.767656	0.831581	934
$GIRO_{i,t}$	1.078528	0.819030	14.26751	-14.06183	1.655364	934

Fonte: Elaboração própria.

Quando o comportamento de séries temporais estacionárias e não-estacionárias é analisado, sempre existe a necessidade de testar a raiz unitária a fim de que seja evitado o problema de regressão espúria. A regressão espúria se caracteriza por apresentar testes t e valores de coeficientes de determinação – R^2 – significativos, entretanto sem significância econômica visto que as variáveis utilizadas no modelo de regressão se apresentam enviesadas por tendências estocásticas. Dessa forma, caso a variável possua raiz unitária (não-estacionária), e assim aceite a hipótese nula, a não ser que uma série não-estacionária combine-se com outra série para constituir uma conexão estacionária cointegrada, as regressões das séries podem falsamente encerrar a existência de uma relação econômica significativa (CARVALHO *et al.*, 2007).

Tabela 2 – Teste de Raiz Unitária

Variável	Estatística IPS	p -value	Estatística ADF	p -value	Estatística PP	p -value
$GWRED_{i,t}$	n/a	n/a	375.266	0.0000	302.477	0.0000
$CPC15_{i,t}$	n/a	n/a	97.9741	1.0000	n/a	n/a
$GW_{i,t-1}$	n/a	n/a	n/a	n/a	397.932	0.0000
$CPC15*GW_{i,t-1}$	n/a	n/a	93.5948	1.0000	27.5559	1.0000
$TAM_{i,t}$	n/a	n/a	272.327	0.3176	319.728	0.0002
$MB_{i,t}$	n/a	n/a	534.950	0.0000	697.406	0.0000
$FCO_{i,t}$	n/a	n/a	625.411	0.0000	619.858	0.0000
$END_{i,t}$	n/a	n/a	381.876	0.0000	441.989	0.0000
$GIRO_{i,t}$	n/a	n/a	397.780	0.0000	397.780	0.0000

Fonte: Elaboração própria.

Visando garantir robustez aos dados obtidos, foram realizados testes de estacionariedade e multicolinearidade permitindo maior confiabilidade nos testes empíricos através da estatística descritiva. Conforme os dados da Tabela 2, devido ao fato de poucas empresas terem realizado o teste de recuperabilidade de ativos no período analisado de 2008 a

2011, não houve observações suficientes o que, conseqüentemente, limitou e impossibilitou o teste de raiz unitária pela estatística IPS.

Dessa maneira, conforme os valores da Tabela 2, os dados das estatísticas ADF e PP demonstraram que o modelo proposto rejeitou o teste à hipótese de coeficiente nulo (raiz unitária), mostrando-se estacionário e rejeitando a presença da raiz unitária.

Foi feito o exame da correlação existente entre as diversas variáveis independentes, sendo este mais conhecido como o pressuposto da multicolinearidade. Conforme Corrar, Paulo e Dias Filho (2007), a multicolinearidade ocorre quando duas ou mais variáveis independentes do modelo explicam o mesmo fato e apresentam dificuldades na separação dos efeitos individuais sobre a variável independente. Tendo em vista que a multicolinearidade é uma questão de grau e não de natureza, ou seja, devido ao fato de sempre existir correlação entre as variáveis independentes, deve-se primar por aquelas que a apresentem em menor grau para minimizar dificuldades na interpretação dos resultados (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007; GUJARATI, 2006).

Tabela 3 – Teste de multicolinearidade

Variáveis	FIV	R²
<i>CPC15</i> _{<i>i,t</i>}	1.227944580	0.185631
<i>GW</i> _{<i>i,t-1</i>}	2.065377458	0.515827
<i>CPC15*GW</i> _{<i>i,t-1</i>}	2.340232338	0.572692
<i>TAM</i> _{<i>i,t</i>}	1.115598295	0.103620
<i>MB</i> _{<i>i,t</i>}	1.139490762	0.122415
<i>FCO</i> _{<i>i,t</i>}	1.024812767	0.024212
<i>END</i> _{<i>i,t</i>}	1.311673236	0.237615
<i>GIRO</i> _{<i>i,t</i>}	1.370446862	0.270311

Fonte: Elaboração própria.

O diagnóstico de multicolinearidade foi realizado por meio do teste estatístico Fator de Inflação da Variância (FIV), o qual indica se um previsor tem um relacionamento forte com o outro, ainda, conforme Gujarati (2006), o FIV mostra como a variância é *inflada* pela presença da multicolinearidade. O autor ainda afirma que a escala aceitável de valores permitidos sendo de 1, sem indícios de multicolinearidade, a 10, multicolinearidade aceitável, além do mais, os valores do FIV são obtidos através da equação $FIV = 1/(1-R^2)$, através da qual valores superiores a 10 representam forte indícios de multicolinearidade.

Devido ao fato do coeficiente de determinação múltipla, R^2 , servir como uma medida de associação coletiva para todas as variáveis independentes consideradas em conjunto na correlação múltipla, geralmente um alto R^2 representa indícios de multicolinearidade (STEVENSON, 2001; GUJARATI, 2006). Conforme os dados apresentados pela Tabela 3, as variáveis apresentaram ausência de multicolinearidade, mostrando-se pouco correlacionados com os valores das outras variáveis, visto que os valores do FIV encontram-se dentro da escala aceitável. Com relação ao R^2 , este apresenta valores abaixo do parâmetro que conduziria a multicolinearidade, quando o $R^2 > 0,90$, estamos diante de uma variável altamente colinear.

A regressão foi testada para efeitos fixos e efeitos aleatórios. Antes de analisar os resultados obtidos, é importante destacar a diferença entre efeitos fixos e aleatórios. Para o modelo de efeitos fixos, o efeito não observado, ou seja, a heterogeneidade, que é um fator diferente para cada indivíduo, se capta na parte constante da equação. Já o modelo de efeitos

aleatórios controla a equação por introduzir a heterogeneidade nos termos de erro dos indivíduos, presume-se ainda que esta não seja correlacionada com cada variável explicativa (CAMERON; TRIVEDI, 1998; WOOLDRIDGE, 2011).

Tabela 4 – Resultados comparativos (2008 a 2011)

Variável		Efeitos fixos	Efeitos aleatórios
<i>c</i>	<i>Coef.</i>	-0.040090	-0.009195
	<i>p-value</i>	0.2350	0.1021
<i>CPC15</i> _{<i>i,t</i>}	<i>Coef.</i>	-0.002615	-0.003304
	<i>p-value</i>	0.1010	0.0144
<i>GW</i> _{<i>i,t-1</i>}	<i>Coef.</i>	-0.000572	0.005377
	<i>p-value</i>	0.8801	0.1019
<i>CPC15*GW</i> _{<i>i,t-1</i>}	<i>Coef.</i>	0.011998	0.014620
	<i>p-value</i>	0.0210	0.0014
<i>TAM</i> _{<i>i,t</i>}	<i>Coef.</i>	0.002889	0.000816
	<i>p-value</i>	0.2298	0.0410
<i>MB</i> _{<i>i,t</i>}	<i>Coef.</i>	0.000405	0.000487
	<i>p-value</i>	0.6308	0.3393
<i>FCO</i> _{<i>i,t</i>}	<i>Coef.</i>	0.003447	0.001963
	<i>p-value</i>	0.1676	0.3089
<i>END</i> _{<i>i,t</i>}	<i>Coef.</i>	-0.007882	-0.003113
	<i>p-value</i>	0.0000	0.0009
<i>GIRO</i> _{<i>i,t</i>}	<i>Coef.</i>	0.006563	0.002883
	<i>p-value</i>	0.0000	0.0000
<i>R</i> ²		0.455809	0.083450
<i>N</i>		934	934
<i>DW</i>		2.215521	1.587318

Fonte: Elaboração própria.

Através da Tabela 4, pode-se perceber apesar da variável *CPC15* apresentar um coeficiente negativo (-0.002615) e um *p-value* não significativo (0.1010), e da variável *GW* também apresentar um coeficiente negativo (-0.000572) e um *p-value* não significativo de (0.8801), quando interagidas, *CPC15*GW*, essas variáveis por influenciarem diretamente nas reduções ou nas perdas por recuperabilidade de *goodwill*, bem como por representarem a variável de interesse em questão, produzem tanto um coeficiente positivo (0.011998) quanto um *p-value* significativo (0.0210). Isto significa que, a aplicação do CPC 15 influencia nos valores de *goodwill* e, portanto, nas perdas por recuperabilidade deste. Portanto, através dos resultados obtidos, não se rejeita a hipótese nula proposta.

O valor *R*² encontrado foi de 45,58% para efeitos fixos, indicando assim, que o modelo é capaz de explicar 45,58% das perdas por recuperabilidade ou reduções do *goodwill* dos ativos intangíveis das empresas observadas. Apesar da utilização do método por efeitos aleatórios apresentar um *R*² baixo, considera como significativo, além das consideradas pelo método por efeitos fixos, as variáveis tamanho e CPC 15. Dessa forma, 8,34% das perdas por recuperabilidade ou reduções do *goodwill* dos ativos intangíveis das empresas observadas são explicadas pelas variáveis consideradas significativas: *CPC15*, *CPC15*GW*, *TAM*, *END* e *GIRO*.

Dentre as variáveis de controle – tamanho, *market-to-book*, fluxo de caixa e giro – apenas as variáveis endividamento e giro foram consideradas significativas, e, a cada 1 real em sua variação, o impacto na variável dependente – perda por recuperabilidade de *goodwill* – é de respectivamente -0.007882 e de 0.006563 reais, para efeitos fixos.

Além do mais, deve-se destacar que através da análise dos valores do Teste *Durbin-Watson* de ambos os efeitos fixos (2.215521) e aleatórios (1.587318) no período, não há possibilidade de concluir sobre a presença da heterocedasticidade. Presume-se que os erros da regressão são homocedásticos, apresentando uma variância constante sobre o tempo e as variáveis. Portanto, tais resultados indicam ausência de correlação serial entre os resíduos analisados e resultados não viesados.

Como visto na Tabela 4, os modelos utilizados para análise foram ajustados para efeitos fixos e aleatórios. Com a finalidade de verificar qual dos dois modelos é o mais adequado para a pesquisa, foi realizado o teste de *Hausman* para os anos de 2008 a 2011.

De acordo com a Tabela 5, o teste de *Hausman* rejeita a hipótese de utilização por efeitos aleatórios, rejeição esta evidenciada pelo valor significativo do *p-value*, correspondente a 0.00, sendo, portanto recomendado para a pesquisa o ajuste por efeitos fixos.

Tabela 5 – Teste de Hausman

Resultados do teste	<i>Chi-Sq. Statistic</i>	<i>Chi-Sq. d.f.</i>	<i>Probability</i>
Efeitos aleatórios em <i>cross-section</i>	46.252.992	8	0.0000

Fonte: Elaboração própria.

Ao se basear na análise dos dados de efeitos fixos, percebe-se que o modelo proposto foi suficiente para expor a significância de cada variável em análise pelo modelo de regressão. Ainda nota-se que a aplicação do CPC 15 acarreta a não rejeição da hipótese nula, com relação às análises em questão e à amostra utilizada no estudo. Dessa forma, o uso do CPC 15 e, portanto o consequente uso do teste de recuperabilidade dos ativos da companhia, indicado pelo valor positivo do coeficiente da variável referente a este Pronunciamento, influencia os valores de *goodwill* bem como as perdas por recuperabilidade deste.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente busca pela integração de economias e harmonização contábil deixou em voga a convergência internacional. Através de esforços mútuos, organismos internacionais, IASB, bem como nacionais, CPC, prezam pelo aumento da transparência e facilidade na troca das informações contábeis. A aplicação do CPC 15, a partir de 2010, acarretou significativas mudanças para o cenário brasileiro, isso se deu em parte pela cessação da amortização do *goodwill* devendo agora sujeitar-se ao teste de recuperabilidade, a fim de verificar se os valores contábeis estão registrados por valor inferior ao seu valor recuperável.

O presente estudo analisou os efeitos da aplicação do CPC 15 nas empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA compreendidas entre o período de 2008 e 2011. A variável *dummy CPC 15* permite controlar os efeitos pré-CPC 15, assumindo valor 0 para os anos 2008 e 2009, e pós-CPC 15, assumindo valor 1 para os anos 2010 e 2011. Dessa maneira foram estimadas regressões lineares múltiplas no período global dos anos 2008 a 2011.

Os dados foram analisados sob duas perspectivas: efeitos fixos e efeitos aleatórios. Observou-se que no período analisado as regressões com efeitos fixos apresentaram R^2 com um poder de explicação de 45,58% da variável explicada, o Teste *Durbin-Watson* evidenciou ausência de correlação serial entre os resíduos, além disso, o valor da probabilidade *p-value* da variável de interesse, *CPC15*GW*, comprovou a significância estatística do uso do CPC 15 com os valores de *goodwill*. Portanto, infere-se com a apresentação dos resultados que esse

modelo foi suficiente para explicar as perdas por recuperabilidade de *goodwill* dos ativos intangíveis das empresas.

A hipótese nula formulada, de que as reduções por amortizações e/ou perdas por recuperabilidade de *goodwill* são influenciadas pela aplicação do CPC 15, testa para mudanças nos valores de *goodwill* antes e depois da adoção do CPC 15. Apesar de ter-se utilizado variáveis de controle para evitar resultados enviesados, como limitações da pesquisa pode-se destacar para o processo da coleta de dados. Embora não se faça mais uso da amortização, não houve separação dessa com as perdas por recuperabilidade nas empresas observadas, no processo de obtenção dos dados. Através dos resultados obtidos, conclui-se que o modelo fornece evidências empíricas para não rejeitar a hipótese nula.

Tendo em vista que as evidências – observadas pelo modelo de regressão – se limitam à amostra e às variáveis em questão, sugerem-se novas pesquisas que comparem o nível das perdas por recuperabilidade do *goodwill* com a inclusão de outras variáveis, as quais possam trazer uma maior significância e um mais alto poder explicativo ao modelo de regressão. Propõe-se, ainda, a ampliação do período investigado e da amostra analisada, como foco de pesquisas futuras, podendo explicar de forma abrangente e conclusiva as perdas por recuperabilidade.

REFERÊNCIAS

- AMENÁBAR, A. M. H.; **Harmonização contábil em cinco países da América do Sul.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, USP; São Paulo; 2001.162. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-06062002-112701/es.php>>. Acesso em: 28 de ago 2012.
- BAKER, R.; WEARING, R. T. *Impairment tests for goodwill instead of amortization: the potential impact on British companies*, 2001. Disponível em: <http://www.essex.ac.uk/AFM/Research/working_papers/WP01-13.pdf>. Acesso em: 15 out 2012.
- BRASIL. **Lei Ordinária nº. 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 10 jul 2012.
- BRASIL. **Lei Ordinária nº. 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm>. Acesso em: 20 jul 2012.
- BRASIL. **Lei Ordinária nº. 11.941**, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm>. Acesso em: 27 jul 2012.

CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. **Regression analysis of count data**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CARVALHO, C.; RODRIGUES A. M.; FERREIRA, C. **Imparidade do goodwill na transição para a IFRS 3**. Estudos do ISCA – Série IV – nº1 (2010).

CARVALHO, D. F. *et al.* **Análises dos testes de cointegração e de correção de erro dos preços do café e do cacau no mercado internacional de futuros e opções**. Novos Cadernos NAEA, v. 10, n. 1, p. 45-70, jun. 2007.

COELHO, C. U. F.; LINS, L. S., **Teoria da Contabilidade: abordagem contextual, histórica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Deliberação CVM nº. 580**, de 31 de Julho de 2009 - Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 15, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que trata de Combinação de Negócios. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/snc/deli580.pdf>>. Acesso em: 15 jul 2012.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução CVM nº. 457**, de 13 de Julho de 2007 - Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. Disponível em: www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos/inst/inst457.pdf. Acesso em: 15 jul 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico **CPC 01**, de 07 de setembro de 2007. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*). Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 18 jul 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico **CPC 15**, de 26 de junho de 2009. Combinações de Negócios. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 16 jun 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº. 1.103**, de 28 de setembro de 2007. Cria o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, e dá outras providências. Disponível em: <www.cfc.org.br>. Acesso em: 3 ago 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº. 1.055**, de 7 de outubro de 2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e dá outras providências. Disponível em: <www.cfc.org.br>. Acesso em: 8 ago 2012.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. (Coord). **Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

CORRAR, L. J.; THEÓPHILO, C. R. (Coord.). **Pesquisa Operacional para decisão em contabilidade e administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

COSTA *et al.* **Goodwill: uma análise dos conceitos utilizados em trabalhos científicos**. In: 9º CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2009, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: USP, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- GIROTTI, M. **Brasil começa a adotar o IFRS na contabilidade de PMEs**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: CFC, novembro / dezembro 2010 - n.º 186.
- GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- HAMBERG, M.; NOVAK, J.; PAANANEN, M. *Evidence of European IFRS Adoption: The effect on goodwill and intangible assets*. Business School Working Papers, vol. UHBS 2006-4, University of Hertfordshire (2006).
- HAMBERG, M.; PAANANEN, M.; NOVAK, J. *The adoption of IFRS 3: The Effects of Managerial Discretion and Stock Market Reactions*. European Accounting Review, 20:2, 263-288, (2011).
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- HOFFMANN, R.; VIEIRA, S. **Análise de regressão: uma introdução à econometria**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1983.
- HSIAO, C. *Analysis of panel data*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- IUDÍCIBUS, S. de *et al.* **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de Acordo com as Normas Internacionais e do CPC**. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C.; FARIA, A. C. de. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- LIMA *et al.* **Determinantes da Convergência aos Padrões Internacionais de Contabilidade no Brasil**. In: IV Congresso ANPCONT, 2010, Natal. *Anais Eletrônicos...* Natal: ANPCONT, 2010.
- LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.
- MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARTINS, O. S.; PAULO, E. **Reflexo da adoção das IFRS na análise de desempenho das companhias de capital aberto no Brasil**. Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP, v. 4, n. 9, p. 30-54, mai-ago 2010.
- MONTGOMERY, D. C.; PECK, E. A.; VINING, G. G. *Introduction to Linear Regression Analysis*. 3rd. New York: John Wiley & Sons, 2001, 641 p.

- MORAES, V. M. M.; SZUSTER, N. **Os efeitos da convergência às normas internacionais de contabilidade no reconhecimento do goodwill adquirido**: um estudo de caso sobre a aquisição da Texaco pela Ultrapar Participações S/A. In: 12º CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2012, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: USP, 2012.
- NETER *et al.* **Applied Linear Statistical Models**. 5th. New York: Mc Graw-Hill/Irwin, 2005, 1396 p.
- NIYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- PEDRINI, D. C. **Proposta de um método para aplicação de gráficos de controle de regressão no monitoramento de processos**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Engenharia. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17154>>. Acesso em: 30 nov 2012.
- PEREIRA, *et al.* **Impacto da amortização do ágio no preço das ações de bancos brasileiros**. In: 11º CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2011, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: USP, 2011.
- PONTE, *et al.* **Análise das metodologias e técnicas de pesquisas adotadas nos estudos brasileiros sobre *balanced scorecard***: um estudo dos artigos publicados no período de 1999 a 2006. In: I CONGRESSO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS (ANPCONT), 18 de Jun. 2008, Gramado. *Anais eletrônicos...* Gramado: ANPCONT.
- SOUZA, M. M. de; BORBA, J. A.; BORGERT, A. **Perda no valor recuperável de ativos**: uma análise dos reflexos nos indicadores econômicos e financeiros no setor elétrico brasileiro. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 120 - p. 129, jan./abril, 2011.
- STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 2001.
- THEISEN, C.; LIMA, J. B. N. de. **Relevância das informações contábeis das empresas brasileiras pós-normas IFRS**. Novo Hamburgo, 2012. Disponível em: <<http://ged.feevale.br/bibvirtual/Artigo/ArtigoCarineTheisen.pdf>>. Acesso em: 18 set 2012.
- WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria**: uma abordagem moderna. Tradução: José Antônio Ferreira. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.